

INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA – CNPJ
07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E
A PREFEITURA - MUNICIPAL DE BARUERI

*Demonstrações Financeiras referentes ao período
de 01 de janeiro a 31 de março de 2022*

INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA – CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA -
MUNICIPAL DE BARUERI
Demonstrações Financeiras em
01 de janeiro a 31 de março de 2022

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balanços patrimoniais	4 – 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 - 12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA – CNPJ 07.231.827/0002-36

Barueri – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA – CNPJ 07.231.827/0002-36 CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021**, que compreendem o balanço patrimonial, em 01 de janeiro a 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA – CNPJ 07.231.827/0002-36 CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021** em 01 de janeiro a 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade não contabilizou a receita decorrente de ativo imobilizado, conforme NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, conseqüentemente não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Conforme Nota Explicativa nº 1, em 30 de dezembro de 2021 foi celebrado o contrato de prestação de serviços nº 927/2021, com fundamento na Lei Municipal nº 2.600, de 28 de março de 2018 e demais disposições legais, referente à Dispensa de Licitação nº 009/2021 entre a Prefeitura Municipal de Barueri e o Instituto Brasil de Gestão Pública, o presente contrato tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no “CENTRO DE ESPECIALIDADES E DIAGNÓSTICO ENGENHO NOVO”, para o atendimento de consultas médicas especializadas com atendimento de segunda a sábado das 7:00 às 19:00 horas, exceto feriados, voltado a usuários referenciados pela Central de Regulação do Município/Secretaria de Saúde do Município de Barueri, que assegure assistência universal e gratuita à população. O contrato de Gestão possui vigência, conforme cláusula 4.1 do Contrato de gestão de 90 dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período ou rescindido antecipadamente com a conclusão da Seleção Pública SUPRI nº 014/2021, com o valor global estimado conforme cláusula 6.2 do Contrato de Gestão de R\$ 2.362.413,48 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e oito centavos).

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.



INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE BARUERI

Balço Patrimonial Levantado em 01 de janeiro a 31 de março de 2022
Em Reais

	Nota	01.01.22 a 31.03.22
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa		1
Aplicações Financeiras	03	719.694,21
Total do ativo circulante		719.695,21
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado com restrição	04	852.967,57
Total do ativo não circulante		852.967,57
TOTAL DO ATIVO		1.572.662,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO Nº 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

Balanço Patrimonial Levantado em 01 de janeiro a 31 de março de 2022
Em Reais

	Nota	01.01.22 a 31.03.22
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores		12.088,50
Obrigações Fiscais e Tributárias		24.453,63
Obrigações trabalhistas e encargos	05	1.426.135,68
Total do passivo circulante		1.462.677,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio líquido		109.984,97
Total do patrimônio líquido		109.984,97
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.572.662,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

Demonstração do Resultado
Para o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022
Em Reais

	Nota	01.01.22 a 31.03.22
RECEITAS		
Projeto PMB		2.325.558,80
Financeiras		917,50
Total das receitas		2.326.476,30
DESPESAS		
Com pessoal e encargos		(741.484,32)
Insumos Assistenciais		(2.985,15)
Materiais / Consumos Diversos		(15.357,20)
Gerais		(127.161,56)
Financeiras e tributárias		(27.665,54)
Serviços Terceirizados	06	(1.416.863,83)
Total das despesas		(2.326.476,30)
Superávit/(déficit) do exercício		-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE BARUERI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022
Em Reais

	<u>Superávit/ (Déficit)</u> <u>Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>109.984,97</u>	<u>109.984,97</u>
Superávit/Déficit do exercício	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	<u>109.984,97</u>	<u>109.984,97</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUTO BRASIL DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ 07.231.827/0002-36
CONTRATO DE GESTÃO N° 927/2021 ENTRE O IBRAGESP E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022
Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Brasil de Gestão Pública - IBRAGESP, fundado em 2005 e devidamente qualificado como O.S. Organização Social, é uma entidade sem fins lucrativos, que busca entre outros, a realização de parcerias com entes públicos ou privados em diversas áreas, das quais se destaca a saúde, objeto do contrato de gestão em destaque. As Demonstrações Contábeis aqui apresentadas, refletem apenas a movimentação contábil do contrato de gestão 927/2021 junto ao município de Barueri/SP.

Em 30 de dezembro de 2021 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 927/2021, com fundamento na Lei Municipal nº 2.600, de 28 de março de 2018 e demais disposições legais, referente à Dispensa de Licitação nº 009/2021 entre a Prefeitura Municipal de Barueri e o Instituto Brasil de Gestão Pública, o presente contrato tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no “CENTRO DE ESPECIALIDADES E DIAGNÓSTICO ENGENHO NOVO”, para o atendimento de consultas médicas especializadas com atendimento de segunda a sábado das 7h às 19h, exceto feriados, voltado a usuários referenciados pela Central de Regulação do Município/Secretaria de Saúde do Município de Barueri, que assegure assistência universal e gratuita à população. O contrato de Gestão possui vigência, conforme cláusula 4.1 do Contrato de gestão de 90 dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período ou rescindido antecipadamente com a conclusão da Seleção Pública SUPRI nº 014/2021, com o valor global estimado conforme cláusula 6.2 do Contrato de Gestão de R\$ 2.362.413,48 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e oito centavos)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.



RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa.



Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2022.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

31.03.2022

Aplicação em CDB - Bradesco (ag: 518)	116.616,48
Fundos DI Platiniun - Bradesco (ag: 518 cc:0010692-5)	603.077,73
Total	<u>719.694,21</u>



4. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – COM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u> %	<u>31.12.2021</u>				<u>31.03.2022</u>
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Custo</u>						
Móveis e utensílios		303.258,95	-	-	-	303.258,95
Computadores e periféricos		137.623,00	-	-	-	137.623,00
Máquinas e equipamentos		282.601,00	-	-	-	282.601,00
Benfeitorias e Reformas		257.255,34	-	-	-	257.255,34
Total		980.738,29	-	-	-	980.738,29
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Móveis e utensílios		(45.165,93)	-	-	-	(45.165,93)
Computadores e periféricos		(23.382,26)	-	-	-	(23.382,26)
Máquinas e equipamentos		(34.971,39)	-	-	-	(34.971,39)
Benfeitorias e Reformas		(24.251,14)	-	-	-	(24.251,14)
Total		(127.770,72)	-	-	-	(127.770,72)
Total		852.967,57	-	-	-	852.967,57

5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

31.03.2022

Salários a pagar	11.248,28
Rescisões a pagar	560.560,66
INSS a recolher	46.443,61
FGTS a recolher	10.265,33
IRRF s/ folha a recolher	16.692,12
Projeto/Recursos à Apropriar	780.925,68
Total	1.426.135,68

6. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

31.03.2022

Serviços Médicos	941.607,11
Manutenção/Aluguel/ Uso de Sistema de Software	164.799,59
Assessoria	208.200,00
PCMSO	6.588,80
Outras Pessoas Jurídicas	43.768,80
Predial e Mobiliário	51.449,53
Equipamentos Médicos Hospitalar	450,00
Total	1.416.863,83



7. PROVISÃO DE RESCISÕES E ENCARGOS

Os valores provisionados são decorrentes da estimativa de gastos com tais operações, sendo utilizado o regime de competência para realização desta contabilização.

Em decorrência do remanejamento dos colaboradores, revisão do quadro de funcionários e transferência para o novo contrato de gestão com a Prefeitura Municipal de Barueri, são realizadas mensalmente a provisão revisada pela administração, ocasionando a provisão para verbas de rescisões e encargos sobre a folha de pagamento, sendo estas devidamente contabilizadas.

8. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos como base de sua renúncia fiscal: PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IRPJ, CSLL.